

COMUNICADO DE IMPRENSA //

14 ONGA afirmam: Plano Estratégico da PAC para Portugal não promove uma agricultura mais amiga do ambiente e perpetua o assalto à natureza

O PEPAC é determinante para a implementação da Política Agrícola Comum (PAC) 2022-27 em Portugal, e o seu desenho e implementação condicionarão o futuro da biodiversidade nacional. Os impactos negativos da agricultura sobre a biodiversidade são sobejamente conhecidos, pelo que 14 ONGA portuguesas pedem maior transparência no desenvolvimento deste instrumento de política, exigindo um PEPAC mais amigo do ambiente e que potencie os benefícios que esta atividade pode dar à natureza.

Na opinião de 14 Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA) portuguesas, a [proposta de estrutura do PEPAC para Portugal recentemente divulgada pelo Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral \(GPP\)](#) do Ministério da Agricultura no seu *website* (e os documentos anteriormente sujeitos à primeira fase da consulta pública formal, ocorrida entre final de Novembro de 2020 e o início de Janeiro de 2021) revelam que:

- a) as intenções do Estado Português para a aplicação do financiamento da PAC 2022-27 não sofreram alterações significativas face ao anterior quadro comunitário.
- b) continua por realizar uma verdadeira reforma da aplicação desta política em Portugal, capaz de operar uma mudança transformativa no sector da agricultura no sentido da sua sustentabilidade ambiental e social.
- c) este documento não irá contribuir adequadamente para o cumprimento dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu, em particular no que se refere à Estratégia de Biodiversidade 2030, à Estratégia do Prado ao Prato e às metas da UE em matéria de mitigação e adaptação às alterações climáticas.

As ONGAs são ainda muito críticas quanto ao processo de discussão e elaboração do PEPAC Português, já que este ‘não envolveu adequadamente estas organizações da sociedade civil, que contribuíram sempre com documentos de posição e sugestões que partilharam com o gabinete responsável pela sua arquitetura, disponibilizando-se sempre para reuniões de trabalho e diálogos que nunca existiram’ (nem com outros interlocutores como por exemplo da área da saúde, dos direitos dos consumidores, e dos direitos humanos), e por isso consideram a atual proposta ‘pouco transparente e pouco inclusiva’.

[A primeira fase de consulta pública formal deixou expostas](#) as diversas insuficiências dos documentos de referência submetidos a consulta, em particular nas componentes referentes ao clima, recursos naturais e biodiversidade, que apenas poderão ser resolvidas através da sua profunda revisão e em resultado de um processo de consulta verdadeiramente inclusivo e participativo. ‘O Estado deve ouvir e envolver a sociedade civil em processos determinantes como este; a nova PAC determinará não só o tipo de alimentação que

teremos no futuro, que deve estar em equilíbrio com o planeta, mas também a natureza que queremos e que temos direito a ter de volta e que é o escudo protetor da humanidade’, afirmam as ONGAs.

As ONGAs apontam, num documento de posição conjunto partilhado hoje com os Ministérios da Agricultura e do Ambiente e Ação Climática e com os grupos parlamentares, diversos e importantes aspetos da proposta de arquitetura do PEPAC Português que requerem profunda revisão. A atual proposta de estrutura do PEPAC não é positiva nem para o ambiente nem para o clima. Quando for conhecida a 1.ª proposta do PEPAC, durante o mês de julho, terão que se aprofundar aspetos adicionais que ainda não são conhecidos.

As ONGAs estão, como sempre, disponíveis para contribuir para o processo de elaboração do PEPAC, acreditando que de forma colaborativa, transparente e informada será possível conseguirmos um PEPAC que promova uma agricultura verdadeiramente sustentável e justa para todos os agricultores, que forneça alimentos saudáveis e a preços acessíveis, garantindo o dinamismo económico e combatendo o despovoamento das zonas rurais - em prol das pessoas e da natureza.

Em concreto, as 14 ONGAs signatárias defendem:

1. uma PAC que premeie quem faz melhor, compensando os agricultores de acordo com o nível de melhorias no desempenho ambiental e climático.
2. uma PAC que produza alimentos sustentáveis, assegurando que 30% das ajudas diretas à produção contribuem para benefícios ambientais e de ação climática.
3. uma PAC que fomente a biodiversidade criando mais espaço para a natureza, e favorecendo TODAS as explorações agrícolas que promovam MAIORES valores de biodiversidade e elementos paisagísticos, principalmente na Rede Natura 2000.
4. uma PAC que cumpra as metas do Acordo de Paris e seja coerente com as políticas nacionais de adaptação e combate às alterações climáticas.
5. uma PAC que não apoie novos projetos de regadio que ameaçam a conservação dos agroecossistemas e o bom estado dos nossos rios e ribeiras, bem como as pessoas e biodiversidade que deles dependem.

As ONGAs subscritoras:

A Rocha – Associação Cristã de Estudos e Defesa do Ambiente

ALDEIA – Acção, Liberdade, Desenvolvimento, Educação, Investigação, Ambiente

Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve

ANP|WWF – Associação Natureza Portugal, em associação com a WWF

ATNatureza – Associação Transumância e Natureza

FAPAS – Associação Portuguesa para a Conservação da Biodiversidade

GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente

LPN – Liga para a Protecção da Natureza

Palombar – Conservação da Natureza e do Património Rural

QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza

SPBotânica – Sociedade Portuguesa de Botânica

SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves

SPECO – Sociedade Portuguesa de Ecologia

ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável



Mais informações,

Marcial Felgueiras (A Rocha) | 965145696 | marcial.felgueiras@arocha.org

Isabel Sá (ALDEIA) | 962255827 | aldeiamail@gmail.com

Anabela Santos (Almargem) | 925482138 | asantos@almargem.org

Catarina Grilo (ANP|WWF) | 960101668 | cgrilo@natureza-portugal.org

Vanda Brás (ATNatureza) | 966 299 552 | vanda.bras@atnatureza.org

Nuno Gomes Oliveira (FAPAS) | 917888272 | nuno.oliveira@fapas.pt

Hélder Careto (GEOTA) | 962602680 | geota@geota.pt

Eduardo Santos (LPN) | 964119504 | eduardo.santos@lpn.pt

José Pereira (Palombar) | 926862770 | josepereira@palombar.pt

Alexandra Azevedo (Quercus) | 936464658 | alexandraazevedo@quercus.pt

Miguel Porto (SPBotânica) | mpbertolo@gmail.com

Joaquim Teodósio (SPEA) | 912737243 | joaquim.teodosio@spea.pt

Maria Amélia Martins-Loução (SPECO) | 917240391 | info@speco.pt

Pedro Horta (ZERO) | 966962281 | pedrobymail@gmail.com